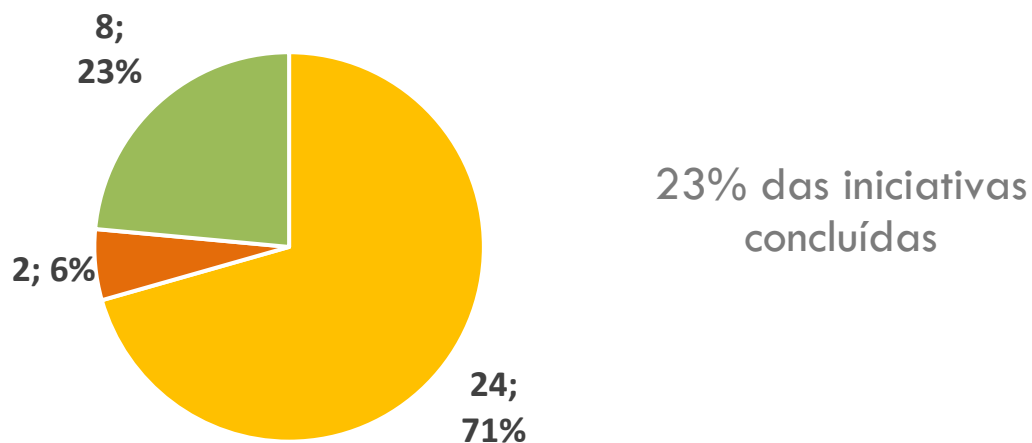




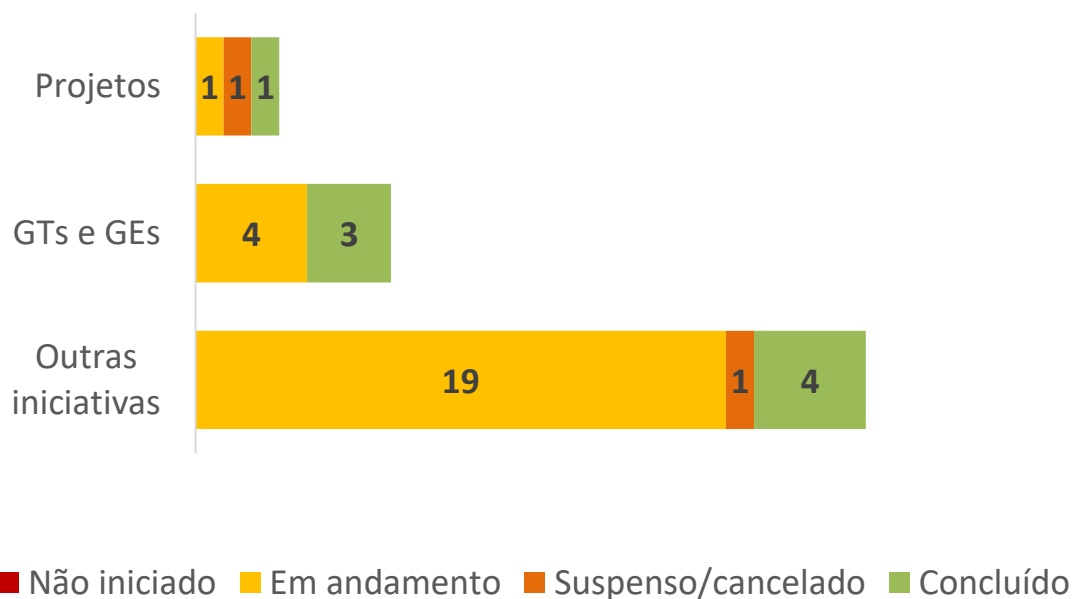
# PLANO DE AÇÃO 2022/2023 MONITORAMENTO

**Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho  
Escravo e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CONAETE)**

# Panorama das iniciativas da Coordenadoria



## Situação por tipo de iniciativa



# CONAETE

Coordenadores(as): Luciano Aragão Santos/ Tatiana Leal Bivar Simonetti

## 1. Projetos Nacionais/GAETs

1.1 Capacitação da Rede de Atendimento às Vítimas de Escravidão Contemporânea	Responsáveis Tiago Siqueira Barbosa Cabral (Gerente) Guadalupe Louro Turos Couto (Vice Gerente)	Prazo 01/2024	Concluído
<p><b>Objetivo:</b> Capacitar os profissionais da rede de assistência e acolhimento de trabalhadores resgatados, dos municípios com os maiores índices de naturalidade dos trabalhadores resgatados, de acordo com o Observatório Digital do Trabalho Escravo, a fim de que o atendimento dos trabalhadores resgatados seja feito de forma adequada, com os encaminhamentos necessários, inclusive para que se diminua o risco de reincidência.</p>			
<p><b>Monitoramento 1º/2023:</b> Em análise aos indicadores estabelecidos ao GAET verifica-se que o mesmo atingiu um número superior ao estimado, alcançando 2779 pessoas capacitadas no ano de 2022. Também foi superado o número estipulado de reuniões realizadas no âmbito das PRTs. Após as capacitações realizadas houve evidente melhora na completude das notícias recebidas, evidenciando a efetividade dos esforços despendidos nas capacitações. Vislumbra-se a capacitação de outras instituições da rede como, por exemplo, da Polícia Civil, para aprimoramento do banco de dados, acionamento do fluxo e atendimento às vítimas.</p>			
<p><b>Monitoramento 2º/2023:</b> A gerência do Projeto passou a ser gerenciado exclusivamente pela dra. Guadalupe, após entrou dra. Lys Soral Cardoso como vice-gerente. O Projeto passou por algumas reformulações quanto às metas e indicadores, tendo seu escopo aprovado em Reunião Nacional e afetado como GAET para o biênio 2024-2025. Em seu relatório anual foi informada a capacitação de mais de 17.360 pessoas no âmbito das PRTs e 250 reuniões realizadas, suprimindo as metas estabelecidas para o ano e fruto dos esforços envidados pelos gerentes e membros das regionais.</p>			

<b>1.2 Liberdade no Ar</b>	<b>Responsáveis</b> Andrea da Rocha Carvalho Gondim (Gerente) Cristiane Maria Sbalqueiro Lopes (Vice Gerente)	<b>Prazo</b> 01/2025	<b>Em andamento</b>
<p><b>Objetivo:</b> Contribuir na disseminação de conhecimento sobre o tráfico de pessoas e o trabalho escravo, sensibilizando a sociedade por meio de comunicação, seminários, oficinas e web série, contribuindo com novas ações de prevenção e combate a tais práticas.</p>			
<p><b>Monitoramento 1º/2023:</b> Estima-se que 34.000 pessoas foram atingidas pelo projeto até o ano de 2022.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Atualização dos vídeos, que ficarão prontos em julho, sobre trabalho em colheita e sobre aliciamento de brasileiros para aplicar golpes cibernéticos na Ásia Oriental.</li> <li>- Cordel de junho: com as festas juninas, o Liberdade no Ar vai distribuir um cordel do Chiquinho do Além Mar.</li> <li>- Sobre a campanha expectativa x realidade 2023: está em fase de construção.</li> <li>- A quarta edição da websérie sobre tráfico de pessoas também está em construção, vai acontecer no mês de julho de 2023, sempre às 19h.</li> <li>- Incentivo a buscar o setor hoteleiro ou secretarias de turismo de municípios turísticos.</li> <li>- Expandir a matéria para a Secretarias de Turismo (disseminação de conteúdo nas redes sociais, nos sites e nos e-mails institucionais, com alcance para os trabalhadores terceirizados e para as agências de turismo).</li> <li>- Câmara Municipal (disseminação de conteúdo nas redes sociais, nos sites e nos e-mails institucionais, com alcance para os trabalhadores terceirizados);</li> <li>- Assembleias Legislativas (disseminação de conteúdo nas redes sociais, nos sites e nos e-mails institucionais, com alcance para os trabalhadores terceirizados);</li> <li>- Universidades (Marcar o dia 23.09 com eventos nos cursos de Turismo, Relações Internacionais e Direito conscientizando sobre a temática);</li> <li>- Estruturar campanhas adicionais para atendimento de casos concretos de tráfico de pessoas para fins de redução ao trabalho em condição análoga à de escravo, a exemplo do caso do Camboja.</li> </ul>			
<p><b>Monitoramento 2º/2023:</b> O Projeto foi desafetado como GAET.</p> <p>A quarta edição da websérie sobre tráfico de pessoas foi ao ar no mês de julho de 2023 (<a href="https://www.youtube.com/@ASBRAD">https://www.youtube.com/@ASBRAD</a>) Divulgação pelo Ministério da Justiça (<a href="https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protexcao/trafico-de-pessoas/prevencao/liberdade-no-ar/liberdade-no-ar">https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protexcao/trafico-de-pessoas/prevencao/liberdade-no-ar/liberdade-no-ar</a>).</p> <p>A Anac informou que o Regimento Interno foi alterado para trazer o tema do tráfico de pessoas, conforme se observa na Resolução nº 381.2016, com nova redação do Art. 33.XXIV, f.</p> <p>Divulgação no Senado Federal ( <a href="https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/07/trafico-de-pessoasexploracao-sexual-e-trabalho-escravo-uma-conexao-alarante-no-brasil">https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/07/trafico-de-pessoasexploracao-sexual-e-trabalho-escravo-uma-conexao-alarante-no-brasil</a>)</p> <p>Divulgação pela DPU (<a href="https://direitoshumanos.dpu.def.br/terceiro-post-noticias-categoria-gtassistencia-e-protexcao-a-vitima-de-trafico-de-pessoas/">https://direitoshumanos.dpu.def.br/terceiro-post-noticias-categoria-gtassistencia-e-protexcao-a-vitima-de-trafico-de-pessoas/</a>)</p> <p>Inspiração para o projeto de Lei 397.2023 na Câmara dos Deputados Conclu ído N/A PROJETO DE LEI N.º 397, DE 2023 (Do Sr. Alex Manente) Institui o Programa "Voo para a Liberdade", com o objetivo de que sejam adotadas ações para coibir o tráfico de pessoas em aeroportos e aeronaves.</p> <p>Divulgação na revista da Azul com tiragem de 80 mil exemplares (uma inserção por 3 edições: maio 110, julho 111 e 112 setembro de 2023) - Edição 110 <a href="https://www.voeazul.com.br/content/dam/azul/voe-azul/revistadigital-azul/Revista-Edicao-110-Paris.pdf">https://www.voeazul.com.br/content/dam/azul/voe-azul/revistadigital-azul/Revista-Edicao-110-Paris.pdf</a></p>			

<b>1.3 Reação em Cadeia: Atuação do Ministério Público do Trabalho em Cadeias Produtivas</b>	<b>Responsáveis</b> Ilan Fonseca de Souza (Gerente) Edno Carvalho de Moura (Vice Gerente)	<b>Prazo</b> 10/2022	<b>Suspensão/ cancelado</b>
<p><b>Objetivo:</b> Elaborar um relatório analítico contendo as informações e resultados observados durante todo o transcorrer do projeto, diante do debate com os diversos parceiros internos e externos, na busca de diagnósticos e implementação de soluções para infrações trabalhistas significativas em cadeias produtivas relevantes; elaborar um manual de atuação para auxiliar os membros do MPT e provocar a normatização interna de orientações destinadas aos membros do MPT.</p>			
<p><b>Monitoramento 1º/2023:</b> O projeto está em fase de reformulação.</p>			
<p><b>Monitoramento 2º/2023:</b> A coordenadoria nacional trabalhou em conjunto com os gerentes do projeto, vez que necessária sua reformulação. Após, o projeto foi apresentado em reunião nacional, tendo seu escopo aprovado pelo colegiado e também a sua afetação como GAET do biênio de 2024-2025.</p>			

## 2. Grupos de Trabalho/Grupos de Estudos

2.1 GT Cadeia Produtiva do Óleo da Palma do Pará	Responsáveis Allan de Miranda Bruno (Coordenador) Ulisses Dias de Carvalho (Vice Coordenador)	Prazo 03/2024	Concluído
<p><b>Objetivo:</b> Atuação na cadeia produtiva do dendê e do óleo de palma, a partir de um relatório da ONG Papel Social. Atuar nos empreendimentos agroindustriais na cadeia produtiva do dendê e do óleo de palma, no Estado do Pará, visando à promoção de trabalho digno e seguro da massa de trabalhadores inseridos na dinâmica produtiva do setor.</p>			
<p><b>Monitoramento 1º/2023:</b> Considerando as limitações de deslocamento ocasionadas pelo período final Calamidade Pública da Pandemia do Vírus SARS COV-2, considerando os estudos realizados pela OIT e pela ONG Papel Social (que afirmam pela existência de graves violações de direitos humanos trabalhistas na cadeia produtiva do dendê), e considerando ainda que a atuação concertada do MPT frente à cadeia produtiva do dendê e do óleo de palma é incipiente, as três forças-tarefas, objetivando a colheita de provas, foram realizadas no período entressafra. Desse modo, existe necessidade de colheita de provas <i>in loco</i> no período de safra (setembro, outubro e novembro), momento em que maior contingente de mão de obra será utilizado na colheita do fruto. GT prorrogado. Os resultados esperados apresentados para o novo ciclo de abril de 2023 a março de 2024 são: produzir conhecimentos institucionais especializados para atuação do MPT mais efetiva nas atividades agroindustriais na cadeia produtiva do dendê e do óleo de palma, tendo em vista não existirem protocolos consolidados na temática (previsto anteriormente e parcialmente alcançado); colheita de provas <i>in loco</i> no período de safra (previsto anteriormente e parcialmente alcançado); no âmbito do GEFM – Grupo Especial de Fiscalização Móvel, acompanhar, opinar e participar nas eleições de alvos, conjuntamente com a Secretaria de Inspeção do Trabalho/ Ministério do Trabalho, com foco nos empreendimentos agroindustriais localizados no Estado do Pará.</p>			
<p><b>Monitoramento 2º/2023:</b> Ações fiscais:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- 23 a 28 de outubro de 2023 - Abaetetuba e Moju/PA- Procurador Allan de Miranda Bruno (Doc n.º 123983.2023)</li><li>- 24 a 27 de outubro de 2023 - Tailândia/PA - Procurador Marcius Cruz da Ponte Souza (Doc n.º 126038.2023)</li><li>- 30 de outubro de 2023 a 04 de novembro de 2023 - Tailândia-PA - Procurador Faustino Bartolomeu Alves Pimentel (Doc n.º 126890.2023)</li><li>- 29 de outubro a 4 de novembro de 2023 - Mocajuba/PA- Procurador Ulisses Dias de Carvalho (Doc n.º 127245.2023)</li><li>- 21 a 25 de novembro de 2023- Abaetetuba e Moju/PA – Procurador Ulisses Dias de Carvalho (Doc n.º 122794.2023)</li><li>- 21 a 26 de novembro de 2023 - Concórdia do Pará/PA – Procurador Allan de Miranda Bruno (Doc n.º 141052.2023)</li></ul> <p>Após as inspeções realizadas em outubro e novembro/2023, o GT deliberou que os resultados apontam pelo não configuração do trabalho escravo contemporâneo, seja na base da cadeia produtiva da agroindústria do óleo de palma, seja nas frentes das agroindústrias, seja nas frentes de agricultura familiar. Também se concluiu pela improcedência quanto ao objeto de discriminação com relação ao gênero, pois as equipes de inspeção encontraram nas frentes de trabalho trabalhadoras mulheres, assim quanto ao objeto de trabalho infantil, pois também foram contatadas a ausência de trabalho infantil nas frentes de trabalho da cadeia produtiva da agroindústria do óleo de palma. Assim, por meio da realização de Audiência Pública Coletiva, em 07/03/2024, no auditório da sede do MPT 8ª Região – Belém, com as Agroindústrias, Sindicatos e a UFPA, foi explanado os resultados das inspeções do GT e apresentado as recomendações das irregularidades e problemas encontrados nas frentes de trabalho. Pedido de encerramento a ser formalizado via PGEA.</p>			

<p><b>2.2 GT Fluxo Migratório da Venezuela</b></p>	<p><b>Responsável</b> Safira Nila de Araújo Campos (Coordenadora) Gleyce Amarante Araújo Guimarães (Coordenadora) Alzira Melo Costa (Coordenadora) Lys Sobral Cardoso (Coordenadora)</p>	<p><b>Prazo</b> 03/2024</p>	<p><b>Em andamento</b></p>
<p><b>Objetivo:</b> Acompanhar a Força-Tarefa Operação Acolhida, tornando-se o GT um ponto focal sobre a questão no MPT; apoiar a PRT da 11ª Região, em especial a PTM de Boa Vista, nas atividades de acompanhamento da Força-Tarefa Operação Acolhida, no Estado de Roraima, principalmente no município de Pacaraima, fronteira terrestre com a Venezuela; organizar, entre os membros e membras do GT, visitas presenciais periódicas a Boa Vista, Pacaraima e Manaus, locais que são o ponto de partida da Força-Tarefa Operação Acolhida, e que são os focos de maior concentração de pessoas oriundas da Venezuela em situação de acentuada vulnerabilidade econômica, social e documental, com a realização, após as visitas, de relatórios que subsidiem as atividades do GT; apoiar as regionais que tenham procedimentos, de investigação e promocionais, envolvendo violações de direitos humanos trabalhistas de pessoas oriundas da Venezuela; apoiar a execução, em Roraima e nos demais Estados da Operação Acolhida, do Projeto Estratégico da CONAETE “Capacitação da Rede de Atendimento às Vítimas de Escravidão”; acompanhar a Força-Tarefa Operação Acolhida junto ao Subcomitê “Interiorização” da FT e junto à Casa Civil da Presidência da República, que coordena as atividades dos 12 (doze) Ministérios envolvidos na Operação, bem como junto às organizações internacionais que vêm acompanhando a FT, em especial a OIM (Organização Internacional para as Migrações), o ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados); organizar, entre os membros e membras do GT, o acompanhamento das atividades interinstitucionais (em instituições como o Exército, o Ministério do Trabalho, o SINE, o MPF, a DPU, o MJSP - Polícia Federal, a OIM, a UNICEF, a ACNUR, a OIT, entre outras) que tratem da matéria do fluxo de pessoas venezuelanas no Brasil e sua situação de peculiar vulnerabilidade; acompanhar o fluxo de regularização de guarda das crianças junto ao CNJ, pois o processo tem demorado cerca de 6 (seis) meses, uma vez que tais crianças, bem como seus acompanhantes, acabam especialmente sujeitos a vulnerabilidade e a formas de exploração laboral; acompanhar a situação das mulheres solo, inclusive quanto ao fortalecimento de vínculos (pois tais mulheres, bem como seus filhos acabam especialmente sujeitas à mendicância e a outras formas de trabalho não digno) junto ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos; acompanhar a possibilidade de execução do acordo judicial realizado na Ação Civil Pública nº 0000384-81.2015.5.14.0402, pelo MPT em Rio Branco e a União, na Vara do Trabalho de Rio Branco. O acordo tem abrangência nacional e prevê obrigações ao governo federal em cooperação com os Estados e Municípios para a execução de políticas públicas para migrantes e refugiados, bem como verificar a necessidade de promover outras ações civis públicas; apoiar e articular projetos de empregabilidade e geração de renda nos Estados da FT Operação Acolhida junto às organizações internacionais e às organizações da sociedade civil; apoiar o ACNUR e a OIM na elaboração e na revisão de materiais informativos para distribuição entre os migrantes; apoiar o ACNUR na atualização da página “Help”; organizar a assinatura de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com a Força Tarefa para formalizar a liberação do acesso ao Sistema Acolhedor e para uso dos dados, inclusive para a integração dos dados ao SmartLab; e desenhar Projeto Estratégico de acompanhamento dos interiorizados, que possa posteriormente ser executado nas Regionais.</p>			
<p><b>Monitoramento 1º/2023:</b> O GT está em vias de extinção. Realização de capacitação em Pacaraima, Boa Vista e Manaus relativa ao tráfico de pessoas, em parceria com a OIM. Ensino do português aos estrangeiros.</p>			
<p><b>Monitoramento 2º/2023:</b></p> <p>21.08.2023- Culminância do Mujeres Fuertes- Turma 1, Boa Vista (gastronomia); <a href="https://roraimaemfoco.com/mujeres-fuertes-primeira-edicao-do-projeto-em-boa-vista-encerra-nestaquinta-feira/">https://roraimaemfoco.com/mujeres-fuertes-primeira-edicao-do-projeto-em-boa-vista-encerra-nestaquinta-feira/</a></p> <p>24.08.2023- Palestra de apresentação do Projeto Mujeres Fuertes no COLEPRECOR, realizado no Amazonas, Procuradora Alzira Melo Costa;</p>			

<https://www.prt11.mpt.mp.br/procuradorias/prt-manaus/1915-crise-yanomami-e-migracao-venezuelanampt-participa-de-seminario-a-visao-das-entidades-na-questao-yanomani>

28.08.2023- Reunião telepresencial com o Gen Helder, Comandante da Operação Acolhida para obter dados atualizados sobre a operação;

31.08.2023 - Participação da Procuradora do Trabalho, Alzira Melo Costa na AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E REFUGIADOS – CNMIR, na qualidade de debatedora, para tratar “as oportunidades de trabalho para migrantes e refugiados no Brasil”, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lx8w1972lj0>

06.09.2023 – Reunião com a nova Chefe do ACNUR em Manaus; 06.09.2023 – Reunião com OIM; 06.09.2023 – Reunião Coordenação GT de Integração Local (OIM, MPT e ACNUR); 23.09.2023 – Culminância do Projeto Jovenes en acción- Turma 4;

30.09.2023 - Culminância do Mujeres Fuertes- Turma 3, Manaus (gastronomia); <https://www.prt11.mpt.mp.br/procuradorias/prt-manaus/1927-mujeres-fuertes-projeto-capacita-maisuma-turma-de-mulheres-refugiadas-e-migrantes-venezuelanas-em-manaus>

23.10.23 – Reunião de Monitoramento com ACNUR e Hermanitos, acompanhamento do MF fase 4

2.3 GT Garimpo	Responsáveis Ulisses Dias de Carvalho (Coordenador) Allan de Miranda Bruno (Vice Coordenador)	Prazo 09/2022	Concluído
<b>Objetivo:</b> Promoção de trabalho digno e seguro nos garimpos brasileiros e repressão as condições de trabalho escravo contemporâneo nos garimpos brasileiros.			
<b>Monitoramento 1º/2023:</b> O GT em processo de transformação em GEAF na Cadeia Produtiva da Mineração.			
<b>Monitoramento 2º/2023:</b> O GT formalizará sua extinção. Não apresentou nenhuma ação ou resultado a ser reportado.			

<b>2.4 GT Povos Originários, Comunidades Tradicionais e Periféricas</b>	<b>Responsáveis</b> Edelamare Barbosa Melo (Coordenadora) Sandra Lian Simón (Vice Coordenadora) Cecília Amalia Cunha (Vice Coordenadora) Elisiane dos Santos (Vice Coordenadora) Juliana Beraldo Mafra (Vice Coordenadora) Lys Sobral (Vice Coordenadora) Tatiana Costa de F. Amormino (Vice Coordenadora)	<b>Prazo</b> 08/2023	<b>Em andamento</b>
-------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------	---------------------

**Objetivo:** Implementar, no Ministério Público do Trabalho, a Resolução nº 230, de 8.6.2021 do Conselho Nacional do Ministério Público, que disciplina a atuação ministerial de todos os ramos do Ministério Público brasileiro junto aos povos e comunidades tradicionais; e capacitar os(as) membros e membras para a atuação judicial em defesa dos direitos humanos fundamentais dos povos originários e comunidades tradicionais observando as prescrições da Resolução 454 de 22 de abril de 2022, do Conselho Nacional de Justiça, que estabelece diretrizes e procedimentos para efetivar a garantia do direito de acesso ao Judiciário de pessoas e povos indígenas, que, por analogia, também se aplica aos demais povos e comunidades tradicionais; e 299/2019 sobre as especificidades de crianças e adolescentes pertencentes a povos e comunidades tradicionais, vítimas ou testemunhas de violência.

**Monitoramento 1º/2023:** GT prorrogado até dezembro de 2023 em virtude de sua transformação em ação permanente, sendo necessário esse tempo para organizar a estrutura necessária para tanto.

**Monitoramento 2º/2023:**

Podemos citar algumas iniciativas, como:

Segundo relatório de progresso Unicef e MPT Awuré - Em apoio aos esforços do UNICEF para responder à grave crise humanitária e de saúde pública que acometeu a população indígena Yanomami em 2023, o MPT, via GT Awuré tem sido um parceiro estratégico para fortalecer ações de combate à mortalidade infantil e combate à exploração sexual de crianças e adolescentes Yanomami, nos Estados do Amazonas e Roraima.

Projeto e ações estratégicas desenvolvidas para a prevenção e o combate ao trabalho forçado de Yanomamis e Waraos nos garimpos, notadamente em Roraima, por meio da realização e participação em forças - tarefas, e do fomento, implantação e monitoramento de políticas públicas que os beneficie. Expedição Yanomamis no âmbito do Projeto Awuré GEAF instituído pela Portaria PGT 980.2023.

Atuação em conjunto com a UNOPS citada abaixo no item 3.3.5.

Projeto Awuré ampliado para mais 18 estados da Federação, totalizando 24 estados, o que conferirá abrangência nacional ao Projeto. O Projeto realiza as seguintes ações de prevenção, produção e difusão de conhecimento/ informação, e finalísticas de natureza afirmativas e reparatórias do processo de escravização. As ações do Projeto são possíveis em razão da reversão de recursos de atuação finalística pelos Membros/as do GT à OIT e ao UNICEF. Plataforma Awuré Educa, conta hoje com 2.879 cursistas de todos os Estados.

Elaboração e divulgação de campanhas em valorização à pluralidade cultural dos povos originários e comunidades tradicionais. Realização de seminários regionais sobre os povos originários e as comunidades tradicionais, guardadas as especificidades de cada grupo populacional, suas contribuições para a pesquisa, trabalho e capacitação em diversas áreas (artesanato, rural, medicinal, preservação do meio ambiente, sustentabilidade socioambiental e cultural). Canal Awuré no YouTube.

2.5 GT Vida Pós Resgate	Responsáveis Lys Sobral Cardoso (Coordenadora) Maria Manuella Britto (Coordenadora)	Prazo 03/2024	Em andamento
<p><b>Objetivo:</b> Acompanhar o cumprimento do Acordo de Cooperação Técnica assinado entre o MPT e a UFBA, em 09/07/2021 (DOU de 12/07/2021), que deu abrangência nacional ao Projeto Vida pós Resgate, anteriormente abrangendo os Estados do Mato Grosso e da Bahia; acompanhar a execução do Projeto Vida pós Resgate na Bahia, conforme PGEA nº 20.02.0001.5942/2020-13 e Procedimento Promocional nº 000143.2021.05.004/0-82 e Projetos UFBA/FAPEX “Região Cacaueira” e “Aracatu”; articular, inicialmente nos Estados do Tocantins e do Pará, e posteriormente em outros Estados, mediante solicitação de colegas representantes das demais regionais, o envolvimento das universidades em iniciativas semelhantes, com o apoio do MPT; articular, inicialmente nos Estados do Tocantins e do Pará, e posteriormente em outros Estados, mediante solicitação de colegas representantes das demais regionais, o envolvimento dos municípios e dos estados em iniciativas semelhantes, com o apoio do MPT; realizar a publicação do Relatório – diagnóstico e ações necessárias - elaborado pela equipe do Projeto Vida pós Resgate; realizar seminário de divulgação do Relatório das Ações Integradas e do Projeto Vida pós Resgate; avaliar a necessidade de propositura de Termos de Ajuste de Conduta e de Ações Cíveis Públicas em face dos entes federativos devido a omissões em seu dever de prestar assistência a pessoa em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial as que já foram vítimas de formas de escravidão contemporânea; e publicar Fluxo ou Manual de Atuação para os membros e membras do MPT na matéria.</p>			
<p><b>Monitoramento 1º/2023:</b> O GT está em vias de extinção, e as ações do projeto seguirão acompanhadas no PGEA nº 20.02.0001.5942/2020-13 e no Procedimento Promocional nº 000143.2021.05.004/0-82.</p>			
<p><b>Monitoramento 2º/2023:</b> Foi organizado seminário nos dias 23 e 24 de junho de 2023, em parceria com o CNJ. Nele participaram uma trabalhadora e um trabalhador atendidos pelo projeto, ela componente do núcleo de Aracatu e ele membro do núcleo de Una. Referido Grupo de Trabalho foi extinto em setembro de 2023. O Projeto Vida Pós-Resgate segue com a dra. Lys Sobral Cardoso, mas não como um Grupo de Trabalho desta Coordenadoria Nacional.</p>			

2.6 GT Trabalho Doméstico	Responsáveis Bruna Bonfante (Coordenadora) Thiago Lopes de Castro (Vice-Coodenador)	Prazo 1/2023	Em andamento
<p><b>Objetivo:</b> GT intercoordenadorias (COORDIGUALDADE e CONAETE), acompanhado no PGEA nº 20.02.001.0005945/2020-29. Com o crescimento de denúncias relacionadas ao tema, sobretudo em situações de violência e trabalho escravo, o GT foi instado ao apoio de colegas em PTMs, assim como a manifestações à CCR. Por se tratar de uma temática com visibilidade ascendente, tais atividades de apoio podem se tornar ainda mais frequentes. Nesse viés, o GT iniciou a elaboração de uma Nota Técnica capaz de reunir subsídios úteis à atuação ministerial, que ainda precisa ser encerrada. Além disso, considerando que o resgate de trabalhadoras domésticas escravizadas se reveste de particularidades que o tornam extremamente delicado, o GT também provocou parceiros da rede de apoio a elaborarem material de apoio técnico voltado a psicólogos e assistentes sociais das Assistências Sociais municipais que eventualmente venham a participar de ações de resgate ou pós-resgate de trabalhadoras escravas domésticas, o que está em fase de elaboração. Por fim, ações de articulação com a rede de assistência integral às vítimas de trabalho escravo doméstico e o fomento de projetos de geração de renda são ações de cunho permanente, que o GT deseja aprofundar e institucionalizar.</p>			
<p><b>Monitoramento 1º/2023:</b> O GT tem fornecido aos/às procuradores/procuradoras com procedimentos ativos na temática materiais, modelos de peça, e está em fase final de aprovação da Nota Técnica que fornece subsídios para a atuação do MPT nesse tema que tem trazido desafios peculiares.</p>			
<p><b>Monitoramento 2º/2023:</b> Edição de manual de atuação capaz de reunir subsídios úteis à atuação ministerial, com o objetivo de auxiliar os colegas. Também foram produzidas peças judiciais para auxílio. Provocou parceiros da rede de apoio a elaborarem material de apoio técnico voltado a psicólogos e assistentes sociais das Assistências Sociais municipais que eventualmente venham a participar de ações de resgate ou pós-resgate de trabalhadoras escravas domésticas, o que está em fase de elaboração. Foram adotadas ações de articulação com a rede de assistência integral às vítimas de trabalho escravo doméstico e o fomento de projetos de geração de renda são ações de cunho permanente.</p>			

2.7 GE Escravidão, Gênero e Raça	Responsáveis Lys Sobral Cardoso (Coordenadora) Luísa Anabuki (Coordenadora)	Prazo 05/2023	Concluído
<p><b>Objetivo:</b> Prosseguir promovendo um espaço de sensibilização, diálogo, promoção e disseminação de conhecimento e ações afirmativas sobre escravidão, gênero e raça, e suas interseccionalidades, no âmbito do MPT e também com outras instituições; publicar livro digital de textos com os temas do GE, com a realização de um seminário para lançamento e apresentação da obra; publicar nota técnica sobre o trabalho de cuidado, a exploração sexual e a necessidade de priorização de fiscalizações relacionadas a essas questões, mediante diálogo com os demais órgãos; articular a conclusão da inserção no relatório força-tarefa da CONAETE de formulário, de preenchimento obrigatório pelos Procuradores e Procuradoras que participam das operações, contendo dados desagregados sobre as vítimas, inclusive sobre gênero, raça e cor (já aprovado pelo Colegiado da CONAETE); e articular com a Comissão do Temário a inserção na Área Temática 2, dentre os temas da CONAETE, dos subtemas trabalho escravo doméstico e exploração sexual/escravidão sexual.</p>			
<p><b>Monitoramento 1º/2023:</b> O livro está em processo de publicação com expectativa de lançamento no dia 29 de setembro de 2023, em seminário organizado em parceria com a ESMPU.</p>			
<p><b>Monitoramento 2º/2023:</b> O livro Escravidão na interseccionalidade de gênero e raça: um enfrentamento necessário no dia 29 de setembro de 2023, em seminário realizado no ESMPU. O seminário houve participação de diversas mulheres referências na temática. O GE está em fase de finalização e será encerrado em breve. Exemplares do livro foram distribuídos no evento, encaminhados a autoridades e instituições, visando a propagação dos estudos nele contidos, à exemplo do TST, OIT, entre outros.</p>			

### 3. Outras iniciativas

#### 3.1. Articulação com outras instituições

3.1.1 Articulação para ajustes na redação da portaria nº 87/2020 com o Ministério da Justiça e Segurança Pública	Responsáveis Coordenação nacional	Prazo	Em andamento
<p><b>Objetivo:</b> No ano de 2020, a CONAETE, em parceria com seu GT Migrantes e Refugiados elaborou a Nota Técnica nº 02/2020, posteriormente aprovada em reunião nacional, com o objetivo de sugerir alteração, por inconstitucionalidade e ilegalidade, do art. 2º da Portaria nº 87/2020 do Ministério da Justiça e Segurança Pública (editada para regulamentar a concessão de vistos a vítimas do tráfico de pessoas, do trabalho escravo ou de violações de direitos agravadas pela condição migratória). A articulação é feita com a Secretaria de Relações Institucionais (SRI) junto ao MJSP para verificação da possibilidade de se alterar a redação do artigo 2º da Portaria nº 87/2020.</p>			
<p><b>Monitoramento 1º/2023:</b> Em 2023, a coordenação do CONATRAP organizou grupo interinstitucional para discutir as mudanças necessárias na redação da portaria, do qual a CONAETE participou, e, após reuniões e contribuições escritas, fechou-se, entre as instituições, uma nova redação, que está em trâmite para publicação.</p>			
<p><b>Monitoramento 2º/2023:</b> A CONAETE está participante do debate e elaboração do IV Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Oportunidade em que órgãos e entidades da Administração Pública, organizações da sociedade civil, pessoas jurídicas, instituições acadêmicas e cidadãos a colaborar com percepções e sugestões sobre ações prioritárias que devem ser consideradas na construção do texto. O Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Conatrap) liderará esse processo, enquanto a Coordenação-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes (CGETP) do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), com apoio técnico do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), ficará responsável pela sua organização. Está na fase final da redação.</p>			

<b>3.1.2 Articulação com o Ministério da Justiça e Segurança Pública para verificar a possibilidade de o MPT receber da Interpol provas produzidas em outros países para fins de atuação cível trabalhista em casos de trabalho análogo ao escravo e tráfico de pessoas com vítimas de outros países</b>	<b>Responsáveis</b> Coordenação nacional, em parceria com a Secretaria de Cooperação Internacional Trabalhista do MPT	<b>Prazo</b>	<b>Concluído</b>
<p><b>Objetivo:</b> A demanda é a seguinte: em casos de escravidão contemporânea em que há vítimas migrantes de outros países que acabam retornando após a exploração, temos tido dificuldades em prosseguir com a atuação, tanto para prosseguir com a colheita de provas e obter a responsabilização dos empregadores e as indenizações, quanto para efetivamente pagar as vítimas. A Interpol, ou seja, a função de polícia internacional, é exercida no Brasil pela Polícia Federal. Mas existe uma discussão sobre se as provas produzidas em outros países e colhidas pela PF e pelo próprio MJSP pode ser utilizada apenas em atuações criminais ou se o MPT pode obter tais provas para seu trabalho. Em caso positivo, o próximo passo dessa articulação é se aproximar do Ministério das Relações Exteriores e também das Embaixadas. Essa articulação é feita com a Secretaria de Relações Internacionais Trabalhistas.</p>			
<p><b>Monitoramento 1º/2023:</b> Em reunião realizada com o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Internacional (DRCI) do MJSP, foi-nos informado que é possível ao MPT obter as provas criminais produzidas em outros países para fins de atuação cível trabalhista em casos de trabalho análogo ao escravo e tráfico de pessoas com vítimas de outros países, por intermédio da Polícia Federal, que desempenha a função de polícia internacional. Assim, é necessário, a(o) titular da investigação articular junto à PF a obtenção dessa prova.</p> <p><b>Monitoramento 2º/2023:</b> Não houve mais nenhuma reunião sobre a temática durante a nova gestão desta Coordenadoria. O objetivo já foi alcançado, sendo necessário que o titular da investigação articule com a Polícia Federal para obtenção dos dados necessários com a Interpol.</p>			
<b>3.1.3 Articulação com o MPF para dar cumprimento ao Termo de Cooperação Técnica firmado em 2021</b>	<b>Responsáveis</b> Gabinete do PGT e coordenação nacional	<b>Prazo</b> 2025	<b>Em andamento</b>
<p><b>Objetivo:</b> Estreitar os esforços para troca de dados, provas e informações sobre trabalho análogo ao escravo e tráfico de pessoas, para otimizar as atuações do MPT e do MPF.</p>			
<p><b>Monitoramento 1º/2023:</b> O Termo de Cooperação foi prorrogado em maio/2023, e demanda a formação de um grupo entre o MPF e o MPT para a execução das ações previstas no acordo.</p> <p><b>Monitoramento 2º/2023:</b> O termo de cooperação com o MPF foi renovado. Pende ainda a criação da comissão executiva, com membros do MPT e do MPF, para operacionalizá-lo.</p>			

3.1.4 Articulação com a AGU sobre Acordos judiciais e extrajudiciais	Responsáveis Coordenação nacional e SRI	Prazo	Suspenso/ Cancelado
<p><b>Objetivo:</b> A AGU vinha, até 2022, defendendo a possibilidade de firmar TACs ou acordos judiciais, sem participação do MPT, em ações anulatórias de autos de infração ajuizadas por empresas inseridas na lista suja.</p>			
<p><b>Monitoramento 1º/2023:</b> A possibilidade de acordos para retirada de empresas da lista suja não é mais prevista expressamente em nenhuma das portarias que a regulam (constava em dispositivos já revogados da Portaria Interministerial nº 4/2016). Segundo as previsões revogadas da citada portaria, na hipótese de negociações de acordo, seria essencial a comunicação ao MPT para delas participar. Como os referidos acordos também versariam sobre reparação às vítimas e tutela inibitória nas relações laborativas (matérias para as quais a AGU não tem legitimidade e com relação às quais há ações ajuizadas pelo MPT), há flagrante ameaça de ingerência nas atribuições do MPT (e nos próprios pedidos de suas ações judiciais) em prejuízo à autonomia e independência funcional. A CONAETE publicou a Nota Técnica 01/2022 sobre o assunto. Em 2023, a AGU suspendeu a realização desses acordos. Porém, estão ativos os que foram finalizados em 2022 (com a MRV e a RUMO ALL). Na CONATRAE, a CONAETE tem acompanhado a articulação com a AGU para a elaboração de nova portaria interministerial que contemple eventuais possibilidades de saídas da Lista Suja, e em que condições.</p>			
<p><b>Monitoramento 2º/2023:</b> O monitoramento está suspenso, por ora, vez que a AGU não tem feito mais tais acordos. No entanto, em caso de notícia de retomada dos acordos, as atividades para reprimi-lo retomarão.</p>			

3.1.5 Articulação com a Caixa Econômica Federal para melhora do serviço de bancarização das pessoas resgatadas de situação de escravidão	Responsáveis Coordenação nacional	Prazo	Concluído
<p><b>Objetivo:</b> Em 2020, recebemos a informação de que em alguns Estados da federação, como em São Paulo, as vítimas de escravidão resgatadas vinham enfrentando dificuldades na chamada “bancarização” (criação de contas bancárias em tempo hábil a contemplar a situação das pessoas migrantes, em especial migrantes estrangeiras). Levamos para a CONATRAE, nos reunimos com o BACEN e obtivemos informação de melhora do fluxo. Porém, recebemos recentemente informação da DETRAE de que, na Caixa Econômica Federal, as dificuldades no fluxo estão acontecendo.</p>			
<p><b>Monitoramento 1º/2023:</b> Haja vista que a demanda envolve as atribuições de outros órgãos que enfrentam o trabalho escravo e o tráfico de pessoas, e que diz respeito diretamente ao fluxo de atendimento às vítimas de escravidão, levamos à CONATRAE, onde temos acompanhado.</p>			
<p><b>Monitoramento 2º/2023:</b> Não houve mais nenhuma reunião sobre a temática durante a nova gestão desta Coordenadoria.</p>			

<b>3.1.6 Articulação com a Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos em Sentido Estrito (COPEDH) do Grupo Nacional dos Direitos Humanos sobre o Ministério Público brasileiro na articulação de ações na proteção dos DH</b>	<b>Responsáveis</b> Lys Sobral Cardoso, uma das representantes do MPT no GNDH, especificamente no COPEDH	<b>Prazo</b> 2024	<b>Em andamento</b>
<b>Objetivo:</b> Articular ações, procedimentos, fluxos na proteção dos Direitos Humanos no âmbito do Ministério Público brasileiro.			
<b>Monitoramento 1º/2023:</b> O MPT segue participando das atividades do Grupo.			
<b>Monitoramento 2º/2023:</b> Não houve mais nenhuma reunião sobre a temática durante a nova gestão desta Coordenadoria.			

<b>3.1.7 Articulação com o Exército Brasileiro sobre Operações de combate ao trabalho escravo em garimpos na Amazônia</b>	<b>Responsáveis</b> Coordenação nacional e SSI	<b>Prazo</b> Ação contínua	<b>Em andamento</b>
<b>Objetivo:</b> O número de garimpos ilegais e de denúncias de trabalho escravo nesses locais tem aumentado muito, em especial em alguns Estados do Brasil, como Rondônia e Pará. Para conseguir sucesso nos resgates de pessoas nesses locais, é imprescindível que haja transporte aéreo para transportar os trabalhadores resgatados, o que somente o Exército tem, além de instrumentos para o monitoramento desses locais e para rastreamento dos garimpos. A articulação é feita junto com o PGT e com a Secretaria de Segurança Institucional (SSI).			
<b>Monitoramento 1º/2023:</b> Tratativas em andamento.			
<b>Monitoramento 2º/2023:</b> Forças-tarefas em garimpos são de alta complexidade, com alta demanda de recursos materiais e humanos. As ações na floresta amazônica são em áreas de difícil acesso e, o MPT e as instituições parceiras não dispõem de equipamentos para tanto, a citar os helicópteros, que tem sido usado a única aeronave maior da Polícia Federal, mas ainda assim restringe o número de membros na operação, normalmente sendo insuficiente para a periculosidade e complexidade de tais ações, inviabilizando-as. Sendo assim, é necessário articular com o Exército brasileiro para disponibilizar recursos humanos e materiais para tanto. A atuação em garimpo tem sido repensada pelos integrantes do Fluxo Nacional de Atendimento às Vítimas de Escravidão Contemporânea e, suspensas por ora. No entanto, tal articulação é medida a ser retomada quando possível			

<b>3.1.8 Articulação com a ANAC sobre Termo de Cooperação Técnica</b>	<b>Responsáveis</b> Coordenação nacional e gerência do Projeto Estratégico Liberdade no Ar	<b>Prazo</b> 01/2025	<b>Em andamento</b>
<b>Objetivo:</b> Articulação para as ações do Projeto Liberdade no Ar.			
<b>Monitoramento 1º/2023:</b> Mantém-se a parceria, com a implementação dos materiais do projeto nos aeroportos e os treinamentos das equipes que trabalham nos aeroportos			
<b>Monitoramento 2º/2023:</b> Mantém-se a parceria, com a implementação dos materiais do projeto nos aeroportos e os treinamentos das equipes que trabalham nos aeroportos.			
<b>3.1.9 Articulação com a Infraero e outras administradoras de aeroportos do Brasil sobre Termo de Cooperação Técnica</b>	<b>Responsáveis</b> Coordenação nacional e gerência do Projeto Estratégico Liberdade no Ar	<b>Prazo</b> 01/2025	<b>Em andamento</b>
<b>Objetivo:</b> Articulação para as ações do Projeto Liberdade no Ar.			
<b>Monitoramento 1º/2023:</b> Mantém-se a parceria, com a implementação dos materiais do projeto nos aeroportos e os treinamentos das equipes que trabalham nos aeroportos.			
<b>Monitoramento 2º/2023:</b> Mantém-se a parceria, com a implementação dos materiais do projeto nos aeroportos e os treinamentos das equipes que trabalham nos aeroportos.			
<b>3.1.10 Articulação com a Unicamp sobre Termo de Cooperação Técnica</b>	<b>Responsáveis</b>	<b>Prazo</b> Ação contínua	<b>Em andamento</b>
<b>Objetivo:</b> Troca de dados e informações e participação em projetos de pesquisa e extensão da universidade.			
<b>Monitoramento 1º/2023:</b> Mantém-se a parceria, com a realização de seminários e a troca de dados para fins de pesquisa e extensão.			
<b>Monitoramento 2º/2023:</b> Mantém-se a parceria, com a realização de seminários e a troca de dados para fins de pesquisa e extensão.			

<b>3.1.11 Articulação com a UFBA sobre Termo de Cooperação Técnica</b>	<b>Responsáveis</b> Coordenação nacional	<b>Prazo</b> Ação contínua	<b>Em andamento</b>
<b>Objetivo:</b> Troca de dados e informações e participação em projetos de pesquisa e extensão da universidade.			
<b>Monitoramento 1º/2023:</b> Mantém-se a parceria, com a realização de seminários e a troca de dados para fins de pesquisa e extensão, além da execução do Projeto VidaPós Resgate.			
<b>Monitoramento 2º/2023:</b> Mantém-se a parceria, com a realização de seminários e a troca de dados para fins de pesquisa e extensão, além da execução do Projeto Vida Pós Resgate.			

<b>3.1.12 Articulação com a UFMG sobre Termo de Cooperação Técnica</b>	<b>Responsáveis</b> Coordenação nacional e coordenação regional da CONAETE na 3ª Região	<b>Prazo</b> Ação contínua	<b>Em andamento</b>
<b>Objetivo:</b> Troca de dados e informações e participação em projetos de pesquisa e extensão da universidade.			
<b>Monitoramento 1º/2023:</b> Mantém-se a parceria, com a realização de seminários e a troca de dados para fins de pesquisa e extensão.			
<b>Monitoramento 2º/2023:</b> Mantém-se a parceria, com a realização de seminários e a troca de dados para fins de pesquisa e extensão, além da execução do Projeto Vida Pós Resgate.			

<b>3.1.13 Articulação com a UFPA sobre Termo de Cooperação Técnica</b>	<b>Responsáveis</b> Coordenação nacional e coordenação regional da CONAETE na 8ª Região	<b>Prazo</b> 01/2024	<b>Em andamento</b>
<b>Objetivo:</b> Troca de dados e informações e participação em projetos de pesquisa e extensão da universidade.			
<b>Monitoramento 1º/2023:</b> Tratativas em andamento. Os prováveis produtos são a implementação da Clínica de Direitos Humanos / Clínica de Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas no Pará, com ações semelhantes às da Clínica de Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas da UFMG, além da realização de capacitações entre os envolvidos com as duas instituições.			
<b>Monitoramento 2º/2023:</b> A minuta do termo foi encaminhado para UFPA, o jurídico da Universidade sugeriu algumas alterações, mas ainda não foram encaminhadas ao MPT para análise. Pendente de conclusão.			

3.1.14 Articulação com a ESMPU sobre Cursos	Responsáveis Coordenação nacional, em parceria com a Secretaria de Treinamentos (SETEF) do MPT	Prazo Ação contínua	Concluído
<p><b>Objetivo:</b> Todos os anos, ao menos 2 espaços de cursos são ofertados para a CONAETE pela ESMPU, para o público interno (membros e membras, servidores e servidoras e estagiários e estagiárias) e algumas vezes também para o público externo (como aconteceu com a rede de assistência social).</p>			
<p><b>Monitoramento 1º/2023:</b> A CONAETE tem conseguido a aprovação média de dois cursos por ano junto à ESMPU. Para 2023, está previsto o Seminário “Escravidão, Gênero e Raça”, com data prevista para 29/09/2023, com o objetivo de lançar o livro “Escravidão na interseccionalidade de gênero e raça: um enfrentamento necessário”, produto do Grupo de Estudos “Escravidão, Gênero e Raça” do MPT, além de realizar debate sobre a importância do olhar interseccional no enfrentamento da escravidão contemporânea.</p> <p><b>Monitoramento 2º/2023:</b> O livro foi lançado no dia 29 de setembro de 2023 em Seminário no ESMPU, conforme indicado. Único evento desta Coordenadoria realizado pela Escola Superior em 2023. Há previsão para realização de uma capacitação pela ESMPU no primeiro semestre de 2024.</p>			

3.1.15 Articulação com a CONATRAE	Responsáveis Coordenação nacional	Prazo Ação contínua	Em andamento
<p><b>Objetivo:</b> A CONAETE acompanha os trabalhos da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo e o cumprimento do 2º Plano Nacional de</p>			
<p><b>Monitoramento 1º/2023:</b> Participação regular das atividades da Comissão. Participa das reuniões ordinárias e extraordinárias da CONATRAE, além das reuniões do GT Trabalho Doméstico da Comissão.</p> <p><b>Monitoramento 2º/2023:</b> A parceria com a CONATRAE permanece, com participação nas reuniões ordinárias e extraordinárias. O Grupo de Discussão sobre Trabalho Doméstico está retomando suas atividades e conta com a parceria desta Coordenadoria.</p>			

3.1.16 Articulação com a CONATRAP	Responsáveis Coordenação nacional	Prazo Ação contínua	Em andamento
<p><b>Objetivo:</b> A CONAETE acompanha os trabalhos do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e o cumprimento do III Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.</p>			
<p><b>Monitoramento 1º/2023:</b> Participação regular das atividades do Comitê. Participou da reunião ordinária do Comitê de 2023, depois de passar quase dois anos sem conseguir participar, por uma mudança no entendimento do comitê, realizada no dia 19/05/2023. Participou, em abril/2023, de reunião com o Secretário Nacional de Justiça, Augusto Botelho, e com a Diretora do Departamento Nacional de Migrações, Tatyana Scheila Friedrich, e com a Coordenadora-Geral de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes, Marina Bernardes. O MPT também está participando das atividades referentes à construção do IV Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.</p>			
<p><b>Monitoramento 2º/2023:</b> Participação regular das atividades do Comitê. O MPT também está participando das atividades referentes à construção do IV Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que ainda está em fase de discussão e elaboração</p>			

3.1.17 Integração com o CONATETRAP	Responsáveis Coordenação nacional	Prazo Ação contínua	Em andamento
<p><b>Objetivo:</b> A CONAETE integra, junto com os outros ramos do MP brasileiro, o Comitê de Combate ao Trabalho em Condição Análoga à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas do CNMP.</p>			
<p><b>Monitoramento 1º/2023:</b> Participação regular das atividades do Comitê. No dia 19/06/2023, o CONATETRAP realizou, em sua sede, em Brasília, o evento “Enfrentamento da escravidão contemporânea na cadeia produtiva das vinícolas: estudo do caso e análise do fluxo nacional de atendimento às vítimas”, e contou com a participação da CONAETE. No evento, ficaram encaminhadas a aproximação com os Programas de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (PROVITA), bem como aproximação com a Agência Nacional de Transportes Terrestres, para ações conjuntas referentes ao controle de situações de tráfico de pessoas realizado por meio dos transportes terrestres. A íntegra do evento está disponível no canal do CNMP no youtube.</p>			
<p><b>Monitoramento 2º/2023:</b> Participação regular das atividades do Comitê.</p>			



## 3.2 Forças-Tarefas

Atuação na repressão do trabalho escravo e tráfico de pessoas.

A atuação da CONAETE na repressão do trabalho escravo e do tráfico de pessoas tem sido concretizada com as operações do Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM) e nas Ações Fiscais Regionais em combate ao trabalho Escravo, fiscalizações inseridas no sistema operacional Força-Tarefa do Ministério Público do Trabalho.

A CONAETE integrou cerca de 103 forças-tarefas em combate ao trabalho análogo ao de escravo até junho de 2023, conforme informações que se pode extrair do Sistema Força-Tarefa

3.2.1 Operação Resgate III	Responsáveis Coordenação nacional	Prazo 06/2024	Concluído
<b>Objetivo:</b> Realizar operação conjunta de combate ao trabalho escravo e tráfico de pessoas em âmbito nacional.			
<b>Monitoramento 1º/2023:</b> No mês de janeiro de 2021, realizou-se a Operação Resgate, até então maior operação conjunta de combate ao trabalho escravo já realizada no Brasil. Contou com a AFT, o MPT, a PF no planejamento e na execução das operações, e resgatou 140 trabalhadores em situação de escravidão. Em julho de 2022, realizou-se a Operação Resgate II, que superou a primeira e se tornou a maior operação conjunta de combate ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas no país. Contou com a AFT, o MPT, a PF, o MPF, a DPU e a PRF e resgatou 337 pessoas, tendo realizado inspeções em 22 estados, além do Distrito Federal. As tratativas para a realização da Operação Resgate III estão ocorrendo.			
<b>Monitoramento 2º/2023:</b> Durante agosto de 2023, a Operação Resgate III retirou 532 trabalhadores do trabalho escravo contemporâneo. Ao todo, mais de 70 equipes de fiscalização participaram de 222 inspeções em 22 estados e no Distrito Federal. Inicia-se a organização para a Operação Resgate IV.			

<b>3.2.2 Parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT)</b>	<b>Responsáveis</b> Coordenação nacional e coordenações regionais da CONAETE, em parceria com a Secretaria de Cooperação Internacional do MPT	<b>Prazo</b> Ação contínua	<b>Em andamento</b>
<b>Objetivo:</b> Melhorar o fluxo nacional de atendimento às vítimas de escravidão contemporânea			
<b>Monitoramento 1º/2023:</b> Parceria para a realização de oficinas, junto à CONATRAE, com o objetivo de aperfeiçoar o Fluxo Nacional de Atendimento às Vítimas de Trabalho Escravo, estabelecido na Portaria nº 3.438 de 2021 do MDHC, bem como de implementar / incrementar as COETRAEs e sua participação no cumprimento do fluxo.			
<b>Monitoramento 2º/2023:</b> Parceria para a realização de oficinas, junto à CONATRAE, com o objetivo de aperfeiçoar o Fluxo Nacional de Atendimento às Vítimas de Trabalho Escravo			

<b>3.2.3 Parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC)</b>	<b>Responsáveis</b> Coordenação nacional e GEAF Mineração, a ser instituído, em parceria com a Secretaria de Cooperação Internacional do MPT	<b>Prazo</b> Ação contínua	<b>Em andamento</b>
<p><b>Objetivo:</b> Melhorar o enfrentamento ao tráfico de pessoas, o trabalho análogo ao escravo e à exploração sexual, tanto na repressão quanto na prevenção e atendimento às vítimas</p>			
<p><b>Monitoramento 1º/2023:</b> O UNODC tem realizado ações de enfrentamento ao trabalho escravo e tráfico de pessoas no Brasil, e o MPT tem participado dessas ações. Tem destaque o Projeto Tapajós, que tem o objetivo de realizar ações de fortalecimento da rede de atendimento na região de Tapajós. A primeira etapa do projeto consistiu em realizar um diagnóstico dos crimes na região, o que está em andamento. Para as próximas etapas estão previstas capacitações com os atores a quem compete o combate ao trabalho escravo e o tráfico de pessoas, além da construção de um centro de atendimento às vítimas, em Itaituba ou em Jacareacanga. No mês de maio/2023, o MPT foi convidado para participar da 32ª Sessão da Comissão das Nações Unidas sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal, na sede da UNODC em Viena, expondo sobre suas atribuições e seu papel no enfrentamento aos crimes de trabalho escravo e tráfico de pessoas na mineração.</p>			
<p><b>Monitoramento 2º/2023:</b> O UNODC tem realizado ações de enfrentamento ao trabalho escravo e tráfico de pessoas no Brasil e o MPT tem participado dessas ações. O Projeto Tapajós permanece no radar desta Coordenadoria, participando de reuniões sobre o tema e na busca de implementar as capacitações e centro de atendimento às vítimas.</p>			

<b>3.2.4 Parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)</b>	<b>Responsáveis</b> Coordenação nacional, em parceria com a Secretaria de Cooperação Internacional do MPT	<b>Prazo</b> Ação contínua	<b>Em andamento</b>
<p><b>Objetivo:</b> Ações conjuntas de proteção às pessoas refugiadas e solicitantes de refúgio, que são especialmente expostas a situações de trabalho escravo e tráfico de pessoas.</p>			
<p><b>Monitoramento 1º/2023:</b> Tratativas em andamento.</p>			
<p><b>Monitoramento 2º/2023:</b> A ACNUR tem sido parceira desta Coordenadoria no âmbito do Grupo de Trabalho Fluxo Migratório da Venezuela, coordenado pela Procuradora do Trabalho Alzira Melo. Podemos citar as seguintes reuniões do GT com a ACNUR: 6.09.2023 – Reunião com a nova Chefe do ACNUR em Manaus; 06.09.2023 – Reunião Coordenação GT de Integração Local (OIM, MPT e ACNUR); 30.09.2023 - Culminância do Mujeres Fuertes- Turma 3, Manaus (gastronomia); <a href="https://www.prt11.mpt.mp.br/procuradorias/prt-manaus/1927-mujeres-fuertes-projeto-capacita-maisuma-turma-de-mulheres-refugiadas-e-migrantes-venezuelanas-em-manaus">https://www.prt11.mpt.mp.br/procuradorias/prt-manaus/1927-mujeres-fuertes-projeto-capacita-maisuma-turma-de-mulheres-refugiadas-e-migrantes-venezuelanas-em-manaus</a> 23.10.23 – Reunião de Monitoramento com ACNUR e Hermanitos, acompanhamento do Mujeres Fuertes fase 4 Uma iniciativa conjunta da associação Hermanitos, Ministério Público do Trabalho (MPT-AM/RR) e Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), o Projeto Mujeres Fuertes busca apoiar refugiadas e migrantes no início de sua jornada empreendedora ou inserção no mercado de trabalho em Manaus.</p>			

<b>3.2.5 Parceria com o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos, ou United Nations Office for Project Services (UNOPS)</b>	<b>Responsáveis</b> Coordenação nacional, em parceria com a Secretaria de Cooperação Internacional do MPT	<b>Prazo</b> Ação contínua	<b>Em andamento</b>
<b>Objetivo:</b> Obter apoio na execução de projetos e ações.			
<p><b>Monitoramento 1º/2023:</b> Em fevereiro de 2023, foi assinado Memorando de Entendimento entre o MPT e o UNOPS, quando restou pactuado que a execução de ações específicas e seu acompanhamento, inclusive com prestação de contas, é feita a pedido de cada procurador(a) e com objetivos também específicos. Para fazer a ponte entre o UNOPS e os membros e membras da ponta, a coordenação nacional da CONAETE convidou o UNOPS para participar da 1ª Reunião Ordinária da CONAETE de 2023, realizada no dia 02/06/2023, quando foram expostas para o colegiado as condições para a execução de projetos e ações.</p> <p><b>Monitoramento 2º/2023:</b> Carolina Roccon e Daniela Martins da UNOPS, na 1ª Reunião Ordinária da CONAETE de 2023, realizada no dia 02/06/2023, fizeram a apresentação da organização do Escritório das Nações Unidas para Projetos, expondo parceiros e objetivos. Expôs a parceria do UNOPS com o MPT desde 2019 e explicou a dinâmica que se dá. Contribuição do MPT para a Agenda 2030, principalmente a ODS 8 do trabalho decente e crescimento econômico, que está ligada a função do MPT. Aplicam destinações do MPT e depois fazem prestação de contas sobre a aplicação delas ao procurador ou procuradora que promoveu a reversão. Conforme relatório trimestral encaminhado pela UNOPS ao GT Povos Originários, a gerente do Projeto de Implementação de ações de infraestrutura, compras e capacitação para Povos Originários e Comunidades Tradicionais, Sara Miguel de Souza, informa ao GT, vez que um dos financiadores, que houveram visitas técnicas em três quilombos na cidade de Maragogipe/BA nos dias 27 e 29 de setembro. Nos dias 13 e 14 de julho foi realizada oficina online para os formadores em gestão de projetos sociais, a qual foi conduzida por Joana Miraglia, consultora do UNOPS. Ademais, a equipe UNOPS acompanhou e apoiou as oficinas presenciais do Projeto Awúre nas cidades de São Luís do Maranhão/MA. Aquisição de equipamentos de informática (computadores completos com periféricos, fones de ouvido, webcams e filtros de linha) para o Laboratório de Informática da Escola Antônio de Sousa Pedroso, em Alter do Chão dias 05 e 06 de agosto; Maragogipe/BA, no dia 28 de setembro e Brasília/DF, no dia 30 de agosto.</p>			

<b>3.2.6 Parceria com o Programa Alimentar Mundial, ou UN World Food Programme (WPF)</b>	<b>Responsáveis</b> Coordenação nacional, em parceria com a Secretaria de Cooperação Internacional do MPT	<b>Prazo</b> Ação contínua	<b>Em andamento</b>
<b>Objetivo:</b> Desenvolver ações conjuntas de combate à fome no Brasil.			
<p><b>Monitoramento 1º/2023:</b> Tratativas em andamento.</p> <p><b>Monitoramento 2º/2023:</b> Tem por objetivo desenvolver ações conjuntas de combate à fome no Brasil, mas não houve nenhuma reunião agendada com esta nova gestão da Coordenadoria. Representantes da alta gestão do MPT estiveram presentes no Evento Regional de Alto Nível: "O Poder das Abordagens Multissetoriais para o Desenvolvimento do Capital Humano", a ser realizado em Brasília, de 29 a 31 de agosto de 2023. O evento também servirá como pré-cúpula para a Reunião Ministerial da Coalizão para a Alimentação Escolar, que será em outubro de 2023 em Paris.</p>			

<b>3.2.7 Parceria com a Organização Internacional para as Migrações (OIM)</b>	<b>Responsáveis</b> Coordenação nacional, em parceria com a Secretaria de Cooperação Internacional do MPT	<b>Prazo</b> Ação contínua	<b>Em andamento</b>
<b>Objetivo:</b> Melhorar o enfrentamento ao tráfico de pessoas, tanto na repressão quanto na prevenção e atendimento às vítimas.			
<p><b>Monitoramento:</b> A OIM tem realizado ações de apoio ao enfrentamento ao tráfico de pessoas junto ao MJSP, e contando com as instituições que compõem o fluxo de enfrentamento ao tráfico humano, dentre elas o MPT, que tem participado das atividades realizadas pela organização, bem como participado da construção do protocolo de atendimento aos casos de tráfico de crianças e adolescentes.</p> <p><b>Monitoramento 2º/2023:</b> A OIM tem realizado ações de apoio ao enfrentamento ao tráfico de pessoas junto ao MJSP, e contando com as instituições que compõem o fluxo de enfrentamento ao tráfico humano, dentre elas o MPT, que tem participado das atividades realizadas pela organização, bem como participado da construção do protocolo de atendimento aos casos de tráfico de crianças e adolescentes. A OIM tem sido parceira desta Coordenadoria no âmbito do Grupo de Trabalho Fluxo Migratório da Venezuela, auxiliando tanto na repressão quanto na prevenção e atendimento às vítimas de tráfico de pessoas.</p>			

